

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL - IACS
DEPARTAMENTO DE CIENCIA DA INFORMAÇÃO – GCI
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA**

EVELYN FRADE DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA ÉTICA E
INFORMAÇÃO PARA OS PROFISSIONAIS
ARQUIVISTAS**

**UNIVERSIDADE
FEDERAL
FLUMINENSE**

**NITERÓI
2014**

EVELYN FRADE DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA ÉTICA E INFORMAÇÃO PARA OS
PROFISSIONAIS ARQUIVISTAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal
Fluminense, como requisito para
obtenção do Grau de Bacharel. Área de
Concentração: Arquivologia.

Orientadora: Prof^ª. Marcela Sanchez

Niterói

2014

EVELYN FRADE DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA ÉTICA DA INFORMAÇÃO PARA OS
PROFISSIONAIS ARQUIVISTAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal
Fluminense, como requisito para
obtenção do Grau de Bacharel. Área
de Concentração: Arquivologia.

APROVADO EM: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Marcela M. Freire Sanches
Universidade Federal Fluminense
Orientadora

Prof^a Lindalva R. Silva Neves
Universidade Federal Fluminense

Prof^a Raquel L. Pret Coelho
Universidade Federal Fluminense

Niterói
2014

Dedico este trabalho e conclusão de curso primeiramente a Deus, sem Ele não conseguiria ter forças para prosseguir, e para minha mãe Julia por acreditar em mim.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado saúde e principalmente força para superar todas as dificuldades que tive durante essa trajetória.

Agradeço a esta universidade, seu corpo docente, direção e administração.

A minha orientadora Marcela, pelo suporte, paciência, correções, empréstimos de livros, e principalmente pelos incentivos sempre dizendo que eu iria conseguir, mesmo diante de tantos problemas. Não poderia fazer melhor escolha, obrigada.

A minha mãe Julia por sempre me apoiar e estar presente me incentivando, e me ajudando em tudo que eu precisava e ao meu pai Aldo, que não está mais presente, mas agradeço por sempre me apoiar.

Meus irmãos Raquel e Gabriel vocês foram de mais nesses anos, obrigada por estarem sempre juntos comigo sendo mais que irmãos, sendo amigos também.

Ao meu casal de amigos Ana e Adriano, por sempre dedicarem tempo para me ouvir, e pela dedicação em me buscar no ponto de ônibus na volta da faculdade. E o amigo Lucas por sempre me animar nos momentos tristes.

As minhas amigas frutos da UFF Karina e Clara agradeço a ajuda nos trabalhos, nas provas, as dicas, a companhia na barca, nossas saídas para distração, sem vocês seria bem mais difícil concluir a graduação, a Gabriela pelos conselhos e apoio na escrita do TCC.

Aos meus tios e tias, pelas orações, caronas, incentivos, e ao meu tio Everaldo que me inspirou a fazer a graduação de Arquivologia.

A minha psicóloga Elaine Ouro, pelo incentivo e apoio psicológico, me preparando para os momentos tensos, e me acalmando na reta final, obrigada.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, meu eterno agradecimento.

“Portanto, ponham em primeiro lugar na sua vida o Reino de Deus e aquilo que Deus quer, e ele lhes dará todas essas coisas”.

(Mateus 6.33)

RESUMO

A disciplina ética nas instituições de ensino superior em Arquivologia, especificamente no Rio de Janeiro, se faz imprescindível na formação profissional do arquivista no que concerne às responsabilidades e ao papel fundamental frente às demandas sociais de acesso rápido e gestão da informação arquivística. Atualmente, parte considerável dos profissionais egressos na graduação não apresenta a conscientização sobre a função social crítica a ser desempenhada, tampouco a observância dos limites e das responsabilidades na sua atuação profissional, preocupando-se em geral com as questões do processamento técnico.

Palavras Chave:

Ética; Ética da informação; Arquivologia; Ciência da Informação; ensino de arquivologia.

ABSTRACT

The ethical discipline in higher education institutions in Archival, specifically in Rio de Janeiro, is indispensable in the training of archivist with respect to responsibilities and key role in the face of social demands quick accessibility and information archival management. Currently, a considerable part of the veteran professionals in graduation shows no awareness of the critical social function to be performed, either to the limits and responsibilities in their professional practice, concerned generally with issues of technical processing

Keywords:

Ethical; Information ethical; Archival; Information science; teaching archival

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAC Associação dos arquivistas canadenses

AAQ Associação dos arquivistas do Quebec

CI Ciência da Informação

CIA Conselho Internacional de Arquivos

CONARQ Conselho Nacional de Arquivos

REPARQ Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 ÉTICA E INFORMAÇÃO: INTERFACES DA ARQUIVOLOGIA.	13
2.1 ÉTICA E MORAL	13
2.2 ÉTICA PROFISSIONAL	15
2.3 ÉTICA DA INFORMAÇÃO	16
3 COMO A ARQUIVOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO COMPREENDEM A ÉTICA?	19
3.1 A ARQUIVOLOGIA E SEUS FUNDAMENTOS.....	19
3.2 ARQUIVOLOGIA E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	24
4 UMA ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA ÉTICA E INFORMAÇÃO NA GRADUAÇÃO DE ARQUIVOLOGIA	28
4.1 ÉTICA E O PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO	28
4.2 HISTÓRICO DO CÓDIGO DE ÉTICA DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA.....	30
4.3 A QUESTÃO DA FORMAÇÃO DO ARQUIVISTA	32
4.4 FORMAÇÃO DO ARQUIVISTA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	33
5 CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS.....	37
ANEXO A	40
ANEXO B	44
ANEXO C	48

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar questões pertinentes à ética arquivística, destacando a função social e as responsabilidades do arquivista e a importância da disciplina “Ética e Informação” nas instituições de ensino superior mantenedoras do curso de Arquivologia, no âmbito nacional, responsáveis pela formação do profissional de arquivo.

É necessário que o arquivista esteja ciente que assim como em outras profissões, existe um código de Ética estabelecido pelo CIA (Conselho Internacional de Arquivologia), que tem como um dos objetivos principais, instituir regras de conduta aos profissionais de arquivo. Mas não basta apenas sabê-lo, porém, compreender em sua real essência e questioná-lo, para mapear até que ponto não há necessidade da criação dos novos códigos de ética, uma vez que a sociedade vive profundo processo de transformação.

O compromisso de qualquer profissional antes de tudo é com a sociedade. Todo o profissional deve empenhar-se em prestar um serviço de qualidade ao cidadão. A inserção da disciplina Ética e Informação na Arquivologia é essencial para a formação de profissionais qualificados.

Para o profissional atender com mais eficiência ao seu usuário é necessário aderir à ética, pois a Ética é um segmento da Filosofia comprometida com os valores morais de todo o coletivo social.

Com a finalidade de apresentar a importância da disciplina ética e informação na graduação de Arquivologia, frente a atual realidade dos arquivistas, foram elaborados estudos e revisão bibliográfica a partir do referencial teórico do campo disciplinar da Filosofia e Arquivologia.

No primeiro capítulo abordaremos os conceitos sobre Ética e valores morais, a partir do referencial teórico de Marilena Chauí (2008), Danilo Marcondes (2009) ambos discutem a partir da perspectiva do campo epistemológico da Filosofia e os conceitos, e as diferenças de ética e moral.

Dentro do primeiro bloco sobre ética, ainda abordaremos a ética profissional, a partir de Paulo Freire (2001) e Francisco Rache (2014) em que os autores com formações heterogêneas, o primeiro da Educação e Biblioteconomia discutem o posicionamento crítico e profissional.

O segundo capítulo trata-se de um levantamento bibliográfico sobre Arquivologia e Ciência da Informação a partir da teoria de Theo Thomassen (2006) Schellenberg (2006) e o teórico brasileiro José Maria Jardim (2007).

Outro conceito fundamental para a consolidação dessa pesquisa é o elo entre as áreas, a partir das suas relações “interdisciplinares” entre Arquivologia, Filosofia e Ciência da Informação. Para tal discussão lançaremos mão do referencial teórico de Lena Vania Pinheiro (2008), autora apresenta o conceito de relações germinadas entre a Ciência da Informação e Museologia e Hilton Japiassu (1976) o pioneiro a discutir a interdisciplinaridade no Brasil, seu lugar de fala é do campo da Filosofia, mas durante anos lecionou na Educação.

2 ÉTICA E INFORMAÇÃO: INTERFACES DA ARQUIVOLOGIA.

A escolha teórica dos textos de Marilena Chauí (2008), Danilo Marcondes (2009) se deve ao fato de serem referências no ensino de filosofia, além de serem pesquisadores renomados no contexto brasileiro. Ambos os autores, Chauí e Marcondes, além de serem pesquisadores, são professores universitários, o que possibilita um diálogo enriquecedor entre teoria e prática, entre o mundo real e o mundo irreal.

Os autores interlocutores serão Adolfo Vázquez, filósofo espanhol, Joana Garcia e Targino, trazendo contribuições da Ética da Informação.

2.1 ÉTICA E MORAL

Ser ético é cumprir os valores da sociedade em que vive, é agir e se responsabilizar pelas consequências de suas ações.

Para alguns autores a Ética é um conjunto de valores no entendimento de um indivíduo, ou seja, a maneira como os seres humanos vivem e se relacionam, e dessa forma buscam justificar seus costumes e preceitos perante uma determinada sociedade. Para Marcondes (2007) os valores morais são construídos no processo relacional dos sujeitos. E cada tipo de sociedade irá construir seu conjunto de códigos, seus valores morais. Por exemplo, no início do século XX uma série de valores morais, impedia a atuação do gênero feminino no mercado de trabalho, entretanto no século XXI tais valores morais são impraticáveis.

Vale destacar que Marcondes (2007, pág.10) apresenta três aspectos conceituais sobre a ética. Primeiramente a perspectiva etimológica do vocábulo; adiante, a dimensão da ética enquanto como “sistema normativo”; e por último, o sentido filosófico, a reflexão sobre a própria, o autor propõe a metaética, isto uma auto reflexão da ética.

Outra questão pertinente para a nossa pesquisa, que Marcondes coloca é o ponto de partida do início da crise ética. O autor sugere tal marco a partir do século XVII, quando os fundamentos da ética deslocam-se do sentido tradicionalmente

religioso imposto pela Igreja Católica, aproximando-se da perspectiva cientificista. Isto é diante das revoluções na ciência, na política e na sociedade que atravessaram a Idade Moderna e Contemporânea. O indivíduo (século XX e XXI) enquanto um sujeito histórico inserido em grupo social, formado por diferentes culturas, necessita de um verdadeiro posicionamento ético, marcado principalmente pela consciência crítica. E a questão que nos suscita (influenciada pelas questões colocada por Marcondes) é como verdadeiramente podemos “propor um critério inicial para se considerar uma ação como ética?” a transparência (MARCONDES, 2007, pág.11). Isto é, na contemporaneidade para iniciarmos o processo de condutas pautadas em valores morais, iniciaremos pela exatidão, visibilidade real dos fatos ocorridos em nosso meio social.

Etimologicamente a palavra “ética” origina-se do termo *ethos*, que significa o conjunto de costumes, hábitos e valores de uma determinada sociedade ou cultura. Os romanos traduziram para o termo latino *mos*, *moris*, dos quais provem *moralis*, que deu origem à palavra moral em português. (MARCONDES, 2007, p. 78).

[...] as doutrinas éticas fundamentais nascem e se desenvolvem em diferentes épocas e sociedades como respostas aos problemas básicos apresentados pelas relações entre os homens, e em particular pelo seu comportamento moral efetivo. (VÁZQUEZ, 2008, p. 267).

A Ética é um dos segmentos da Filosofia e seu objetivo é elaborar uma reflexão sobre os problemas fundamentais da moral. Diferente da moral a ética se preocupa mais em mostrar os princípios de uma vida conforme a sabedoria filosófica, em efetuar uma reflexão sobre as razões de se desejar a justiça e a harmonia e sobre os meios de alcança-las. A moral preocupa-se mais na construção de um conjunto de prescrição destinada a assegurar uma vida em comum justa e harmoniosa. Segundo Chauí (2008 p. 310)

Toda cultura e cada sociedade institui uma moral, isto é, valores concernentes ao bem e ao mal, ao permitido e ao proibido e à conduta correta e à incorreta, válidos para todos os seus membros. Culturas e sociedades fortemente hierarquizadas e com diferenças de castas ou de classes muito profundas podem até mesmo possuir várias morais, cada uma delas referida aos valores de uma casta ou de uma classe social. No entanto, a simples existência da moral não significa a presença explícita de uma ética, entendida como filosofia moral, isto é, uma reflexão que discuta, problematize e interprete o significado dos valores morais. [...] A filosofia moral ou a disciplina denominada a ética nasce quando se passa a indagar o que são de onde vêm e o que valem os costumes. [...] A filosofia moral ou a ética nasce quando, além das questões sobre os costumes, também se

busca compreender o caráter de cada pessoa, isto é, o senso moral e a consciência moral individual.

2.2 ÉTICA PROFISSIONAL

Abordaremos sobre a Ética profissional a partir da visão de Francisca Rasche¹(2005) atribuindo a importância de um agir ético que se pautar no respeito ao outro e na construção de consenso como forma de minimizar a tendência como ações individualistas tão difundidas na sociedade atual e Paulo Freire (2001) com a prerrogativa que o compromisso de qualquer profissional é com a sociedade. Vale destacar trata-se de autores com formações heterogêneas, o primeiro, a Educação e a segunda da Ciência da Informação e Biblioteconomia, discutem o posicionamento crítico do profissional.

Para RASCHE (2005) a ética profissional pode ser entendida como o estudo da conduta humana no exercício de uma profissão seus ideais, motivos e causas. É importante destacar de início que a expressão “ética profissional” entra em uma discussão de uma ética de uma visão democrata, pois concede a um grupo de pessoas uma ética especial em detrimento dos demais membros da sociedade.

Abordamos dentro da definição de ética, três palavras fundamentais, norma, conduta e coletividade. A norma é um conjunto de leis ou regras que regulamentam a convivência dentro de um grupo social. Conduta é o comportamento, ou ações do indivíduo dentro do círculo social no qual ele está inserido. Coletividade é o grupo em si, e a interatividade entre vários indivíduos que fazem parte deste grupo social.

Conforme Freire (2001) cada trabalhador possui responsabilidades individuais e responsabilidades sociais. Os grupos de profissionais em cada uma das atividades de trabalho desenvolvidas pelo ser humano são também grupos sociais. A prática e a teoria freiriana, fundamentam-se em uma ética inspirada na relação “homem-no-mundo”, ou seja, estar no mundo, e na construção de seu “ser-no-mundo-com-os-outros”, isto é, ser capaz de se relacionar com as pessoas e com a sociedade.

¹ Rasche é graduada em Biblioteconomia pela UFSC, atua como analista bibliotecária na Embrapa, e sua dissertação no mestrado tem como tema: Éticas em bibliotecas públicas: representação de ética de profissionais da informação bibliotecários.

Cada uma das classes trabalhadoras deve seguir regras de conduta para que o grupo pratique ações de forma integrada, sem que uma parcela dos indivíduos deixe de agir como uma unidade de classe. Desta forma defendemos a padronização das ações, sem o prejuízo do grupo inteiro, preservando o bem comum.

A conduta ética profissional envolve os interesses do grupo, com base no interesse em garantir a sobrevivência de cada um, os interesses de realização pessoal obtida por meio do exercício profissional adequado, no sentido tanto de preservar, como de enobrecer a si e a profissão. Como diz Rasche (2005, pág 28):

A deontologia e a ética profissional servem de um lado, para controlar a ação dos membros de um grupo profissional e, de outro lado, para orientar sua conduta, colaborando para a formação de um grupo que se identifica e é identificado por um modo de agir. Assim a sustentação de uma profissão depende do conjunto de seus membros, dado, a conduta de cada um.

Em discussões que tratam da importância de um comportamento ético têm-se que, “agir corretamente, hoje, não é só uma questão de consciência, mas um dos quesitos fundamentais para quem quer ter uma carreira longa, respeitada e sólida.”

2.3 ÉTICA DA INFORMAÇÃO

A globalização e a era da informação proporcionam as organizações o contato com culturas de outros países do mundo inteiro. Isso faz com que os indivíduos que nela trabalham aprendam a conviver e se relacionar com as diversidades culturais. É importante discutir como a ética esta inserida nesse cenário de transformações. É plausível tratar a ética a níveis universais, na convivência e no tratamento entre indivíduos e todos os ambientes.

Conhecer a ética e seus conceitos, e suas abordagens contemporâneas é importante, pois ajuda os indivíduos com que tenham uma postura mais critica e reflexiva perante os problemas da ética no mundo globalizado. PIZARRO (2014, p.143) Afirma que a compreensão da ética e seus conceitos possibilitam os indivíduos a uma perspectiva critica do mundo que os rodeia.

Informação consiste em dar forma a algo, segundo GASQUE; TESCARELO (2004, p.35) “A informação, uma abstração informal significativa que ocorre na mente de alguém e comporta um elemento semântico, podendo ser representada por meio de dados.” Quando a informação é assimilada de uma forma consciente e interligada com os conhecimentos prévios do indivíduo ela produz conhecimento, por isso é preciso socializar a informação. Como citam Gasque e Tescarelo (2004, p.3.):

Conforme tal concepção, o conhecimento só é entendido como tal quando é processado por uma estrutura mental a partir de um conhecimento prévio. Dessa forma, a informação representa um elemento exógeno que corresponde à matéria-prima a ser transformada em conhecimento por meio da interpretação e compreensão de cada indivíduo.

Com o aparecimento constante de novas tecnologias da informação o profissional arquivista deve se atualizar conhecer e saber utilizar de forma ética os novos suportes de atualização como os arquivos online e a LAI – Lei de acesso a Informação, visando atender melhor o usuário. Sem ferir os direitos de ninguém evitando, por exemplo, o plágio, e excesso de conteúdo inadequado do trabalho, prover interações visando o bem comunitário transformando ética em um bem moral.

Como diz Garcia (2010) necessitamos assumir atitudes transparentes e coerentes, como profissionais da informação para tornar a informação sistematizada e acessível a todos. Garcia e Targino (2008) também sintetizam os cuidados do autor a aspectos como: respeito à autoria das fontes utilizadas; autenticidade dos dados relatados; texto esteticamente cuidado e fidedigno ao pensamento dos demais especialistas; fidelidade às informações recebidas e divulgadas; atendimento aos comitês de ética e comprometimento com o depósito dos resultados nas instituições às quais se vinculam os pesquisados. Neste contexto que entra a Ética da Informação, como cita Freire² (2010 p.117):

Uma ética da informação diz respeito aos dilemas deontológicos ou conflitos morais que surgem na interação entre os seres humanos e as tecnologias e sistemas de comunicação e de informação a fim de refletir e, sobretudo, disciplinar a criação, a organização e o uso das informações.

Um autor de referência na Ciência da Informação é Choo (2003), na área da Gestão do conhecimento nos apresenta as atividades de gestão da informação nas organizações, ele constitui três pilares: constituir significado, retirar a ambiguidade da informação e tomar decisões.

² Pesquisador que organizou o I Simpósio Internacional

No fluxo da gestão e nos pilares, surgem os momentos em que o profissional da informação é questionado ou se questiona sobre a ética de suas ações. Como mediador entre os estoques de informação e o usuário e que a usa para gerar conhecimento, nas atividades de aquisição, armazenagem, organização, acesso, recuperação e empréstimo surgem dilemas em que, nas tomadas de decisões, a angústia das incertezas parece, no mais das vezes, ser a única certeza.

A disciplina Ética da Informação nos cursos de graduação em Arquivologia é de grande importância, pois interliga os fundamentos da Ética na formação dos arquivistas. A sociedade pouco visibiliza as funções sociais dos arquivos, documentos e aos arquivistas, acrescida de um olhar tecnicista (mecânico - desprovido de consequências sociais), e que muitas vezes também é compartilhado pelos próprios estudantes da Arquivologia, pelo pouco questionamento crítico de sua própria relevância. A final arquivar para quê? Como diria o historiador Bruno Delmas (2010), a função dos arquivos são testemunhar, provar e registrar, logo a mais valia dos arquivistas principalmente do século XXI é sistematizar o tesouro da humanidade, os seus próprios arquivos. Principalmente nesse período que há um boom informacional, e paralelamente, e contraditoriamente a amnésia da memória.

Assim, a disciplina Ética da Informação possibilita que os alunos saibam não apenas organizar documentos, mas também as razões pelas quais fazem isso, isto é a consciência e questionamento crítico das suas funções e competências profissionais. Se perceberem que embora trabalhem com documentos, nossas atividades se desdobrem em direitos, garantias, deveres, teremos profissionais motivados, pois terão consciência do espaço social e político em que atuam. Com essa consciência vem à autoestima e com ela o maior comprometimento em sua formação.

Na hipótese, se o arquivista não vê aquilo em que atua como socialmente relevante este fará de qualquer maneira, sem o devido comprometimento. Surge, então, a necessidade da conscientização dos profissionais compreenderem a sua função. A autovalorização do profissional decorre da compreensão e consciência do seu fazer diário, e da sua relevância vital para a sistematização da informação que é um instrumento de mais valia no processo de construção do conhecimento dos sujeitos sociais.

3 COMO A ARQUIVOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO COMPREENDEM A ÉTICA?

O presente capítulo é estruturado em dois blocos. O primeiro momento é apresentação do campo da Arquivologia e seus fundamentos a partir do referencial internacional (Schelleberg, 2006) e nacional, (Belloto, 2002) subsidiados pelas leis nacionais em arquivos, e o código internacional de Arquivos. Em seguida, o segundo bloco será a contextualização da Ciência da Informação e a sua relação com arquivologia, e como compreendem a Ética da Informação. Os conceitos de Ciência da Informação foram baseados no Livro “A Ciência da Informação” de Yves-François Le Coadic; Arquivologia e Ciência da Informação, será tratado a partir de uma perspectiva da leitura da obra de referência de Maria Odila Fonseca “Arquivologia e ciência da Informação” onde fala sobre as relações entre as duas ciências e a Interdisciplinaridade da Ciência da Informação e como complemento também usaremos o teórico Carlos Alberto Ávila Araújo, baseado no seu artigo “Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia: Relações Teóricas e Institucionais.”.

3.1 A ARQUIVOLOGIA E SEUS FUNDAMENTOS

O objeto arquivístico é, positivamente, diferente dos objetos da biblioteconomia e da museologia. Os documentos de arquivo têm um caráter orgânico. Eles não podem ser tratados individualmente, ou seja, estão relacionados uns com os outros e o entendimento sobre o contexto onde foram produzidos é essencial para o desenvolvimento de estudos e análises, isto é compreender os princípios da proveniência, da unicidade, organicidade, integridade e cumulatividade, são fundamentais para o campo epistemológico da Arquivologia. E diante de tais pressupostos, como poderá o arquivista da contemporaneidade agir sem comprometer os princípios norteadores do campo, mas tornando a informação

contida nos arquivos acessível de forma sistematizada e instantânea. Além de estar em consonância com as prerrogativas da Ética da Informação? Eis o nosso desafio.

Para Antonia Heredia Herrera, os objetivos da Arquivística são: “Os arquivos, os documentos e a informação” em *Archivistica General-teorya e practica* (1989, p.10, tradução nossa). A referência clássica é o manual de Arquivística, elaborado por arquivistas holandeses, conceituava arquivo como um conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, os quais foram recebidos ou produzidos oficialmente por algum órgão administrativo ou por algum dos seus funcionários, conforme em que tais documentos se destinavam a permanecer sob a guarda deste órgão, ou funcionário. (Associação dos Arquivistas Holandeses, 1973, p. 13)

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 27) define o termo arquivo como:

1. Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza do suporte.
2. Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos.
3. Instalação onde funcionam arquivos.
4. Móvel destinado à guarda de documentos.

Thomassem (2006, p.5) declara que o conceito central da Arquivologia é o conceito de arquivo: A maioria das pessoas tem conhecimento sobre documentos: quase todo o mundo mantém documentos em casa, e a vida cotidiana é documentada em arquivos mantidos por um empregador, uma empresa de habitação, um cartório ou uma empresa de eletricidade. Muitas pessoas também têm alguma noção do que é um arquivo: seja ele grande ou pequeno privado ou público, pertencente a uma empresa ou a uma instituição governamental, elas o reconhecem como uma coleção de documentos acumulados por pessoas, famílias ou outros grupos sociais com o intuito de dar suporte as suas memórias.

No Brasil, encontra a sua melhor expressão no texto da Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991, conhecida como lei de arquivo, um marco na política pública brasileira relacionada a Arquivos, define arquivos como conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituição de caráter público, e, privado, em decorrência do exercício das atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. (Art.2)

Segundo Rodrigues apud Menne-Haritz (1994):

Ao longo da história, a conceituação de arquivo mudou em conformidade com as mudanças políticas e culturais que as sociedades ocidentais viveram; os arquivos são um reflexo da sociedade que o produz e o modo de interpretá-lo também acompanha as mudanças que ocorrem. Fatores tais como a finalidade dos arquivos ou os suportes utilizados já foram considerados como definidores do arquivo e, hoje não o são mais. Menne-Haritz (1994), por exemplo, aponta o surgimento dos documentos eletrônicos como o evento que permitiu ao arquivista entender que o que o motiva a avaliar os documentos não são problemas de espaço ou custo para o armazenamento, mas, segundo a autora, é a redundância de informações. (p.530)

Os documentos surgem como resultado de uma atividade administrativa. São gerados durante o processo de trabalho, organizados e armazenados para que as informações neles contidas atestem sobre todas as ações executadas, decisões tomadas e compromissos assumidos por uma administração durante o período de sua gestão e são conservados para registrar e atestar história de um indivíduo ou organização.

Schellenberg (2006, p.41), teórico, arquivista norte-americano considerado referência mundial no campo da Arquivologia, elaborou a seguinte definição para o termo “documentos de arquivos”:

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos.

Importante ressaltarmos que algumas questões abordadas por Schellenberg, já são consideradas datadas, inclusive por alguns documentos arquivísticos brasileiros.

Os arquivos quando são criados, têm inicialmente, uma função primária, ou seja, um papel ativo. Os documentos que compõem um arquivo são gerados para organizar e registrar uma atividade que está se sucedendo e, paralelamente, são objetos de consulta. O arquivo passa a exercer uma função secundária quando perde este caráter ativo, e passa a ser identificado como um registro de ações passadas e como parte da herança e memória daquela instituição. Segundo Camargo e Belloto (2006):

Chama-se primária o valor que o documento apresenta para a consecução dos fins explícitos a que se propõe; secundários são aqueles que, embora já implícitos no tempo em que são gerados os documentos, avultam com o correr do ano.

A idade permanente refere-se aos documentos que devem ser preservados por seu valor histórico ou probatório. Como são fontes de pesquisa, é permitido acesso ao público em geral. De acordo com a CONARQ as fases corrente, intermediária e permanente são:

Corrente: os documentos que estão em curso, isto é, tramitando ou que foram arquivados, mas são objeto de consultas frequentes: eles são conservados nos locais onde foram produzidos sob a responsabilidade do órgão produtor; intermediária: os documentos que não são mais de uso corrente, mas que, por ainda conservarem algum interesse administrativo, aguardam, no arquivo intermediário, o cumprimento do prazo estabelecido em tabela de temporalidade e destinação, para serem eliminados ou recolhidos ao arquivo permanente; permanente: os documentos que devem ser definitivamente preservados em razão de seu valor histórico, probatório ou informativo. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. 2011. P. 16).

A gestão de documentos estende-se sobre as três idades documentais, desde a sua criação até a destinação final dos documentos. Tem como objetivo a racionalização do ciclo documental, garantir a disponibilidade da informação governamental, assegurar a guarda dos documentos de valor permanente, assegurar o uso adequado de novas tecnologias da gestão da informação.

De acordo com a Lei nº 8.159/1991, artigo 3º, a gestão documental descrita como: “[...] o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso avaliação, e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”. De acordo com a lei citada, esta política tem o intuito de sistematizar de uma maneira eficiente as funções de produção, administração, gerenciamento, conservação e dar a destinação adequada aos documentos que tenham cumprido seu prazo de guarda nos arquivos correntes e intermediários. Garantindo também o acesso a informação onde e quando se fizer necessária. Para JARDIM (2007, p.3) a gestão de documentos:

[...] veio contribuir para as funções arquivísticas sob diversos aspectos: ao garantir que as políticas e atividades dos governos fossem documentadas adequadamente; ao garantir que menor número de documentos inúteis e transitórios fossem reunidos a documentos de valor permanente; ao inibir a eliminação de documentos de valor permanente; ao garantir a definição de forma criteriosa da parcela de documentos que constituíssem o patrimônio arquivístico de um país, ou seja, de 2 a 5% da massa documental produzida segundo a Unesco.

A citação acima abrange todos os aspectos de uma arquivística integrada, pois as ações da gestão documental têm como objetivo assegurar que a informação arquivística manejada desde a sua criação até a sua destinação com economia e eficiência, que garantem assim, o acesso e a preservação dos documentos, como também a possibilidade de adquirir as informações de um modo rápido e eficaz. Essas ações também facilitam a reconstrução do passado por meio da preservação definitiva dos documentos que apresentam um valor histórico. Para SCHELLENBERG (2006, P. 68):

Os documentos são eficientemente administrados quando, uma vez necessários, podem ser localizados com rapidez e sem transtorno ou confusão; quando conservados a um custo mínimo de espaço e manutenção enquanto indispensáveis às atividades, a menos que tenham valor contínuo para a pesquisa e outros fins. Os objetivos de uma administração eficiente de arquivos só podem ser alcançados quando se dispensa atenção aos documentos desde sua criação até o momento em que são transferidos para um arquivo de custódia permanente ou são eliminados.

Observando a citação acima, chega-se a conclusão que a utilização incorreta dos procedimentos técnicos da gestão documental ou a ausência da mesma, resulta na falta de método no processo de produção documental. Deste modo a Gestão Documental é de grande importância para a "... administração de arquivos preocuparem-se, assim, com todo o período de vida da maioria dos documentos" (SCHELLENBERG, 2006, P. 68). As informações estarão disponíveis e acessíveis, conseqüentemente, aos gestores e à população com rapidez e eficiência, além de contribuir para a preservação dos documentos que precisam de guarda permanente.

O Código de Ética dos Arquivistas, elaborado pela Seção de Associações Profissionais do Conselho Internacional de Arquivo (CIA), no seu segundo tópico diz que:

Os arquivistas tratam, selecionam e mantêm os arquivos em seu contexto histórico, jurídico e administrativo, respeitando, portanto, sua proveniência, preservando e tornando assim manifestas suas interrelações originais.

As mudanças no desempenho das atividades das instituições serão visíveis, quando houver o envolvimento e o comprometimento do código de Ética dos gestores dos arquivos, quanto à importância da gestão documental, pois esta introduz mudanças significativas no fluxo e na disseminação da informação institucional. Além de garantir que seja constituído o patrimônio arquivístico de valor

permanente. A partir disso, torna disponível e acessível à consulta ao acervo medidas, que são contempladas com programa de disseminação do acervo através dos instrumentos de pesquisa elaborados pela instituição.

3.2 ARQUIVOLOGIA E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A Ciência da Informação surgiu ao término da segunda Guerra Mundial, caracterizado pela “explosão da informação”, teve suas origens em disciplinas como a Documentação e a Recuperação da Informação. Teve seu início oficial em 1962, durante uma reunião do *Georgia Institute of Technology*, cujo a preocupação era discutir as propriedades e o comportamento da informação, com as forças que governavam seu fluxo e com os meios de processá-las para facilitar seu acesso e uso (OLIVEIRA, 2009,p. 14)

Conforme exposto por Saraveric (1996) durante esse encontro do Georgia Institute of Technology, reuniram-se para discutir questões que tivessem relações com o fluxo e às aplicações da informação. No encontro havia um diversificado grupo de profissionais, entre eles engenheiros, bibliotecários, químicos, linguistas, filósofos, psicólogos, matemáticos, cientistas da computação, homens de negócios e de outras profissões ou ciências.

Em uma visão mais histórica, Borko apud Saracevic (1996, p.45) conceitua a CI, como sendo:

A disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo, e os meios de processá-la para otimizar sua acessibilidade e uso. A CI está ligada ao corpo de conhecimentos relativos à origem, coleta, organização, estocagem, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e uso da informação... Ela tem tanto componente de ciência pura, através da pesquisa dos fundamentos, sem atentar para sua aplicação, quanto um componente de ciência aplicada, ao desenvolver produtos e serviços.

Os estudos experimentais que visavam à representação e a recuperação da informação em sistemas e bases de dados e formulação de leis e aspectos teóricos bibliométricos a fim de explicar o comportamento e estrutura da literatura científica são aspectos iniciados na década de 1970. Nos anos 80 e 90 a entrou em pauta a

preocupação com o indivíduo e a cognição, além de estudos voltados para aplicação de sistemas computadorizados e a busca pela informação. Segundo Silva e Freire (2012, p 17):

Se certo modo, a Ciência da Informação vem com o propósito de condensar os estudos científicos sobre a informação, assim como contribuir para aprimorar disciplinas como a Documentação, a Biblioteconomia, a Arquivologia, a Museologia e a Gestão da Informação em seus tratos específicos com a informação e os documentos, de acordo com as necessidades científicas, disciplinares, profissionais e cotidianas de cada região, país ou continente.

Segundo Le Coadic (1996), a Ciência da informação (CI) é uma ciência social apoiada em tecnologia que tem por objeto o estudo das propriedades gerais da informação, a análise dos seus processos e a concepção dos seus produtos e sistemas.

Conforme Maria Odila Fonseca (2005) o elo entre a Ciência da Informação, entre os outros campos epistemológicos que possuem como objeto central, a informação é a interdisciplinaridade ela é das características da Ciência da informação, pois é associada a esta área desde a sua origem. Ela estabelece relação com várias outras áreas, entre elas estão: Documentação, Biblioteconomia, Computação, Filosofia, Linguística e Comunicação.

No Brasil existe consenso quanto à interdisciplinaridade da Ciência da Informação e a área tem como marco no país a criação em 1955 o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), onde no ano de 1970 foi criado o primeiro curso de mestrado em CI. A evidência apresentada anteriormente de que a CI tinha em suas origens influências norte americana e europeia é também constatada no caso brasileiro, onde os professores do primeiro curso de mestrado na área eram ingleses e norte americanos.

José Maria Jardim (1998), no artigo “A produção do conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995)” foi o primeiro pesquisador que buscou sistematizar e analisar a produção e comunicação do documento arquivístico no Brasil, por meio de um levantamento dos artigos publicados no país em periódicos de Ciência da Informação, Biblioteconomia, Administração e História.

Segundo Jardim, o universo pesquisado não contemplava nenhum periódico específico na área, pela simples razão que eles não existam no Brasil pelo menos

não as características de uma publicação científica, a pesquisa adotou o recorte temporal de 1990-1995. As conclusões do autor destacaram os seguintes aspectos: a frequência de publicações, a sua distribuição geográfica, a procedência institucional dos artigos, os temas e os estados de origem dos autores.

FONSECA (2005) na sua obra referência para a Arquivologia trata, as relações entre a Arquivologia e a CI, essa relação está ligada com o conceito de informação, visto que essas duas áreas contemplam o mesmo objeto de estudo, isto é a informação.

De acordo com Ávila Araújo (2011) a Arquivologia é uma área do conhecimento intensamente relacionada com a CI. É também ligada ao surgimento dos suportes, ao longo do tempo essa disciplina desenvolveu técnicas e procedimentos para conservar e guardar documentos. No plano científico a Arquivologia conseguiu ocupar espaços institucionais importantes.

Os arquivistas não são mais meros recebedores das massas documentais, deverão segundo sua proveniência e organicidade, ser mantidas. O profissional arquivista passa atuar e influenciar no processo de gestão do documento, desde a origem até a sua eliminação ou guarda permanente, tendo como principal ponto de avaliação as “funções e processos na criação dos documentos”, que deixam de ser uma peça fechada e transforma-se em agentes ativos, representando a importância na vida dos indivíduos, organizações e sociedades (FONSECA, 2005, p.63)

A forma de organizar os documentos passa a refletir a própria dinâmica do documento, seu processo de criação, e também, as inter-relações e usos dos documentos armazenados, pois, segundo Lodolini, mencionado por Bellotto (2002,p. 7),

O significado pleno de cada documento evidencia-se somente através do vínculo com todos os documentos do mesmo arquivo, o que interessa é conhecer como este documento foi produzido, no curso de que procedimento administrativo e com que validade/vigência jurídico-administrativa. O processo de avaliação do documento passa a considerar muito mais as funções que este representa do que seu valor de interesse para futuras pesquisas.

As significativas transformações ocorridas na Arquivologia foram frutos dos avanços tecnológicos e do surgimento dos documentos eletrônicos, mas,

independente do por que das transformações, devemos considera-las essenciais por acentuar o valor da informação conectado à função do documento.

E também por permitirem que o arquivo cumpra de forma mais crítica e integral sua missão de mediar à relação entre o documento e o usuário, disponibilizando documento e informação que serão utilizados para tomada de decisão, além de ser, responsável pela preservação da memória coletiva. Como afirma a historiadora Belloto (2002, p.8), os documentos possuem a herança cultural e o testemunho social.

Diante do exposto nesse segundo capítulo brevemente, o dialogo interdisciplinar entre o campo da Arquivologia e Ciência da informação é indispensável para a formação do arquivista, considerando que estamos no mundo globalizado.

4 UMA ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA ÉTICA E INFORMAÇÃO NA GRADUAÇÃO DE ARQUIVOLOGIA

4.1 ÉTICA E O PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO

A ética deve estar presente em todo tipo de comunicação e contato, inclusive na atuação do profissional da informação. Com o passar do tempo, este tipo de profissional se tornou substancial aos órgãos públicos e às empresas privadas, isso se deu, pois a quantidade de informação cresceu progressivamente através dos novos meios informacionais. Um exemplo disto é a internet que veio para inovar, deixando a comunicação muito próxima entre as pessoas, e conseqüentemente a produção de documentos cresceu de forma considerada e desarranjada.

Através deste crescimento e disseminação das informações, o profissional da informação tornou-se um trabalhador com poder e muito requisitado, pois ele detém posse e sistematização da informação.

O ofício do gestor da informação é muito importante, pois na tomada das decisões éticas da sua profissão traz conseqüências a ele, aos usuários e a outras pessoas relacionadas. Segundo Guimarães (200, p.65):

Com as rápidas transformações do mundo globalizado, necessário se torna ao profissional assumir uma postura pró-ativa, encarando a ética sob o ponto de vista de um conjunto de compromissos a serem assumidos, compromisso esses que propiciarão a constante construção e aperfeiçoamento da profissão pela sua própria coletividade [...]

Pode se dizer que a questão ética da atuação e da formação do profissional da informação se dá por meio de compromissos com cinco instâncias ou entidades distintas: o usuário, a organização, a informação, a profissão e o profissional.

Para saber lidar e se posicionar com essa grande procura de documentos e tomar a melhor decisão, o mesmo tem que ter o código de ética para guia-lo, no dia a dia, no seu trabalho, e conseqüentemente conseguir êxito nas suas atividades.

Conforme Guimarães (2008 p.28):

As diretrizes éticas traçadas para o desenvolvimento de uma profissão em essência tem a função de orientar os profissionais no desempenho de suas funções, não só satisfazendo as necessidades dos seus clientes específicos, mas buscando interferir de maneira positiva na sociedade

buscando aperfeiçoá-la e contribuindo para a construção de um mundo melhor e mais justo.

Para ter sucesso e ser um profissional que haja de acordo com a moralidade e legalidade, o gestor da informação tem que executar, no ambiente de trabalho, a ética profissional, pois com o desenvolvimento da globalização e com os valores do sistema capitalista, muitas vezes o profissional coloca o seu interesse individual acima do interesse coletivo, acarretando prejuízos incalculáveis ao Estado e também aos usuários. A ética profissional obedece a um conjunto de normas éticas legais. De acordo com Guimarães (2008, p.27):

A ética profissional tem por objeto o conjunto de valores morais que uma determinada classe profissional deve se orientar e seguir para alcançar um agir profissional correto e adequado para com a sociedade em que se insere e, no mais das vezes, materializa-se por meios de regras, expressas em códigos de ética orientadores da conduta profissional e um dado seguimento.

Diante de tal discussão acima elaborada, é interessante refletir sobre o debate da necessidade de constituição do Código de Ética do profissional. O debate começou na década de 50, os profissionais da área sentiram a necessidade de elaborá-lo, pois a categoria seria reconhecida, e precisava de um código de boas condutas para ter um bom convívio nas organizações e também na sociedade. Segundo Souza (2011, p.61 apud Garcia i Puing, 2004), a primeira proposta do código de ética do profissional arquivista foi elaborada, em 1995, pelo arquivista, americano Wayne C. Grover.

Em 1992, a Sociedade de Arquivistas Americanos (SAA) elaborou um novo código de Ética, os americanos justificaram alguns motivos para a concretização do mesmo e principal motivo foi (SOUZA, 2011, P.61 apud SOUZA, 2002, p.21):

Para informar aos novos membros da profissão dos padrões elevados da conduta nas áreas mais sensíveis do trabalho do arquivista; para recordar aos arquivistas especialistas de suas responsabilidades, alertando-lhes para manter padrões elevados de condutas em seu próprio trabalho e expandir esses padrões aos outros; para educar as pessoas que têm algum contato com arquivos, tais como doadores de material, negociantes, investigadores e administradores, sobre o trabalho os arquivistas e para incentivá-los a esperar padrões elevados.

4.2 HISTÓRICO DO CÓDIGO DE ÉTICA DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA

Na década de 90, surgiram vários códigos de éticas do arquivista, como por exemplo, a Associação dos arquivistas do Quebec o AAQ em 1991 e a Associação dos Arquivistas Canadenses o AAC em 1992, a ética deixando consolidada na profissão.

Em 1996 na China, foi aprovado, no XIII Congresso Internacional de Arquivos, o Código de Ética dos Arquivistas, elaborado pela Seção de Associações Profissionais do Conselho Internacional de Arquivos (CIA)

O Brasil escolheu o código de Ética do Conselho Internacional dos Arquivos, CIA, para ser praticado dentro do seu território, embora a associação dos arquivistas brasileiros possuísse um código idêntico ao internacional.

A finalidade do Código de Ética para o profissional arquivista é melhorar as relações entre arquivistas, os usuários da informação, colegas de trabalho e trazer ao responsável desta o comportamento que um verdadeiro profissional deve ter.

O código de Ética dos arquivistas é composto por dez regras, uma completando a outra para trazer melhoria na execução do trabalho. A partir do Código de Ética do Arquivista, pode perceber o valor e a missão da instituição, O mesmo ajuda seus cooperadores e traz compartilhamento aos seus usuários, melhora a imagem da instituição e agrega valor ao arquivo. O Código de Ética do Profissional do Arquivo vai ajudar a solucionar os conflitos, proporcionar o aumento da interação entre os funcionários de forma a melhorar o desempenho do arquivo.

Apresentaremos abaixo os princípios éticos do arquivista e o código de ética da sua profissão.

Código de Ética dos Arquivistas³, elaborado pela Seção de Associações Profissionais do Conselho Internacional de Arquivos (CIA)

Aprovado no XIII Congresso Internacional de Arquivos, realizado em 1996, na China

Introdução

01. Um código de ética dos Arquivistas tem por finalidade fornecer à profissão arquivística regras de conduta de alto nível. Ele deve sensibilizar os novos membros da profissão a essas regras, lembrar aos arquivistas experientes suas responsabilidades profissionais e inspirar ao público confiança na profissão.

³ Disponível em <<http://www.aaerj.org.br/a-profissao/codigo-de-etica/>> Acesso em 12 nov.2014

02. O termo “arquivista”, tal como é usado neste texto, se aplica a todos aqueles que têm responsabilidade de controlar, vigiar, tratar, guardar, conservar e administrar os arquivos.

03. As instituições empregadoras e os serviços de arquivo são encorajados a adotar políticas e práticas que permitam a aplicação deste código.

04. Este código destina-se a oferecer um quadro ético de conduta aos membros da profissão, não se aplicando a soluções específicas de problemas particulares.

05. Todos os artigos são acompanhados de comentários, desenvolvendo e ilustrando o princípio enunciado; artigos e comentários formam um todo e assim constituem o texto completo do código.

06. A aplicação do código depende da boa vontade das instituições de arquivos e das associações profissionais. Ela pode ser feita indiretamente através do estabelecimento e do uso de procedimentos para sugerir orientações, em casos de dúvida, examinar condutas contrárias à ética e, se for necessário, aplicar sanções.

De acordo com Gonçalves Neto (p.6), mestre em Filosofia, tanto o Código de Ética quanto os princípios éticos arquivísticos instigam o profissional arquivista a ter compromissos ético-profissionais com:

1) A integridade do meio informacional

- Garantir a integridade dos arquivos (1.1).
- Devolver documentos públicos retidos sob regime de excepcionalidade (1.14, CE 2).
- Garantir a transparência administrativa (1.4).
- Garantir o tratamento dos documentos (CE 5).
- Ter uma política correta de recolhimento (1.6).
- Adotar procedimentos destinados à proteção dos documentos (1.6).

2) A integridade do conteúdo informacional

- Princípios da proveniência e da classificação original (CE 2).
- Manter os arquivos no seu contexto histórico, jurídico, administrativo (CE 2).
- Assegurar a autenticidade e integridade dos documentos (1.7).

3) Os interesses do empregador

- Garantir a proposta da instituição que detém os documentos (1.5).

4) Os riscos implicados na informação

- preservar o sigilo legal, quanto ao conteúdo e a fonte (1.9, CE 6).

5) A máxima publicidade possível

- Incentivar política de gestão de documentos na instituição na qual atua (1.3).
- Assegurar a transparência administrativa e comunicabilidade dos documentos (1.4).
- Facilitar o acesso aos arquivos ao maior número possível de usuários, atendendo a todos com imparcialidade (1.8).

- Respeitar limites impostos pela política das instituições, a lei e normas gerais (1.10).
- 6) O desenvolvimento técnico-profissional**
 - Acompanhar o progresso das pesquisas e inovações, buscando o constante aprimoramento profissional próprio e de sua equipe (1.12).
- 7) O patrimônio documental**
 - Preservar, cooperativamente, o patrimônio documental como um patrimônio da humanidade (CE 10).

O autor Gonçalves Neto foi muito feliz em destacar os principais pontos em comum entre os princípios arquivísticos e o Código de Ética, pois os colaboradores e usuários usarão como alicerce para terem sucesso no ambiente tanto dentro como fora do trabalho. A partir do código e dos princípios éticos, profissionais e usuários vão ver melhores formas de relacionamento.

4.3 A QUESTÃO DA FORMAÇÃO DO ARQUIVISTA

As atribuições, hoje exigidas, a um profissional dos arquivos não estão dissociadas da dinâmica social nem da revolução digital e, por isto, as universidades devem rever e repensar os seus currículos, em sintonia com as exigências do mercado empregador, e observar as competências e habilidades exigidas. Além da questão do mercado, é importante qualificar o arquivista em formação para atuação mais crítica da realidade. Neste sentido o surgimento de pós-graduações na área de Arquivos, Ciência da Informação e Gestão de Documentos é um avanço no início do século XXI. Além dos próprios congressos na área como: tradicionais congressos brasileiros em Arquivologia, e IIREPARQ.

Com o avanço das tecnologias e sua maior utilização, tornou-se mais rápido e eficaz adquirir as informações, por conta dessa transmutação houve uma mudança de interesse dos estudos arquivístico que antes visava no documento passou-se a direcionar para a informação. Segundo Thomassen (1999) cuja teoria se fundamenta na teoria de Thomas Kuhn sobre a evolução das ciências, o desenvolvimento das tecnologias está conduzindo a Arquivística a uma segunda revolução científica.

A Arquivologia tem como característica a sua interdisciplinaridade, pois está relacionada com a Ciência da Informação, ciência que possui este traço. Portanto o fato de ser interdisciplinar não fundamenta a falta de uma epistemologia no campo arquivístico. Desde os tempos remotos a humanidade produziu registros em diferentes suportes, e sempre houve um indivíduo que a organizava, basta adentrar ao universo da História da Arquivologia. Mas, o que nos interessa pontuar é que a Arquivologia assumiu o status de campo epistemológico no século XX, e nas últimas décadas encontra-se em processo de consolidação, demandando dos seus profissionais capacitação contínua e posicionamento crítico. A sociedade exige profissionais mais capacitados, por ter se tornado uma sociedade mais ágil. Diante disso o tratamento da documentação exige arquivistas que busque habilidades múltiplas.

4.4 FORMAÇÃO DO ARQUIVISTA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Diante do exposto é relevante pontuar de forma breve a inclusão da disciplina de Ética e Informação, no curso existente na universidade públicas do estado do Rio de Janeiro.⁴

Em pesquisas no site da Universidade e através de E-mails com o professor Flávio Leal de Ética e Informação chegamos ao conhecimento que o curso de arquivologia da UNIRIO tem a sua grade curricular voltada para aspectos como gestão de documentos, documentos eletrônicos e digitais, avaliação, classificação, arranjo e descrição e preservação. Além dessas poucas abordam as questões morais e éticas da profissão do arquivista.

Analisar sobre a inclusão da disciplina Ética da Informação nas universidades está relacionado a ideia de qualificar profissionais capazes de refletir sobre a sua prática profissional, e conseqüentemente tornando-se aptos a criticar seu próprio fazer. Para os que ainda são alunos, representa a possibilidade de ter contato com o horizonte prático (profissional), mas também e, sobretudo, com as dimensões sociais da prática profissional.

⁴ O interesse é ampliar esse estudo em pesquisas a posteriori, partindo o mapeamento da inclusão ou ausência da disciplina em questão, nas universidades públicas de Arquivologia na região sudeste do Brasil.

Houve uma reforma na grade curricular, o currículo antigo possuía muitas disciplinas relacionadas a história, das 42 disciplinas 6 eram relacionadas a história e aproximadamente 20 eram diretamente ligadas ao arquivo nas 16 disciplinas restantes estavam as demais matérias interdisciplinares.

Nenhuma disciplina em seu título possuía em seu título a palavra Ética. A falta de menção desta palavra, não determina que o tema não tenha sido abordado no curso, mas a falta de nomenclatura pode representar uma não consciência da instituição sobre a importância do estudo da ética no curso de Arquivologia, porém mesmo depois desta reforma, as disciplinas do curso dão ênfase em apresentar as técnicas e metodologias para se organizar as informações arquivísticas. Porém, pouco se discute sobre a importância do fazer arquivístico e conseqüentemente do profissional arquivista para a sociedade.

Na Universidade Federal Fluminense a disciplina foi incluída após uma reforma curricular, nos cursos de Biblioteconomia e Arquivologia, no ano de 2006, a disciplina intitula-se: Ética e Informação. Interessante salientar que a disciplina não dispõe de professor efetivo para área em questão, por tratar-se uma área híbrida entre Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Filosofia. Em anexo seguirá a ementa. Salientamos que a ementa da disciplina não se encontra disponível na rede. Os perfis dos professores que lecionarem a disciplina são diversos com: formação em história da arte, Biblioteconomia, Arquivologia e História.

Outra questão interessante é a participação de profissionais formados na área de atuação dos arquivos que relatam a experiência da prática profissional, a última professora da disciplina utilizou desse instrumento, objetivando os formados e geralmente, com ampla experiência na área dialogassem com os alunos em formação.

Convém salientar que a disciplina em sua essência discute conceitos relacionados à Filosofia, seria interessante propor que os alunos tivessem acesso a uma carga horária ampliada dos fundamentos da Filosofia. Outra questão interessante seria dispor de laboratórios de informática, para que os próprios discentes em formação tivessem acesso aos programas que detectam plágio, programas que geralmente algumas universidades tem acesso,, como exemplo a UFRJ. E por último salientamos que essa disciplina poderia dialogar mais com o estágio supervisionado, uma vez que trata de questões do arquivista em formação.

5 CONCLUSÃO

Nota-se pelos dados e análise apresentada que a necessidade de aproximação e conscientização dos arquivistas a respeito da ética na sua atuação se faz imprescindível e impreterível, uma vez que as regras atinentes ao acesso à informação e à gestão de documentos devem ser observadas para a garantia do direito à informação, principalmente públicas e de interesse social, consubstanciadas pela Constituição de 1988 como direito fundamental (Art. 5º).

A ética como vimos, é a ciência que estuda o comportamento humano em sociedade.

A Arquivologia, uma ciência que tem através do coletivo profissional a responsabilidade de servir a sociedade, através de seus conhecimentos e técnicas, garantindo seus direitos de acesso a uma informação organizada, contextualizada, completa, verídica e disponível, que irão servir como prova e constituir a memória de uma instituição e de um povo.

A aproximação dessas duas ciências busca compreender o comportamento do profissional arquivista, dentro do contexto ético é muito importante para o avanço do grupo, sejam na prática ou no desenvolvimento da teoria.

Os arquivistas possuem uma grande responsabilidade, no desempenho das suas atividades e na prática das principais funções arquivísticas, como classificação, avaliação e conservação a informação.

Se a ética é uma ação reflexiva em torno dos ideais e causas da conduta humana, portanto, uma ação própria do homem enquanto ser social, ela se constrói em qualquer tempo e em qualquer lugar. O modo de um determinado profissional se comportar, independente de como tal comportamento venha a ser qualificado, se dá com base em certos princípios, a partir de um modo de ver a realidade, e principalmente, de se ver nesta realidade. Assim, enquanto um ser humano que sente e pensa, é possível refletir sobre um dado comportamento seus motivos e complicações individualmente ou em grupo.

No primeiro capítulo verificamos a partir da discussão Ética e Informação, como a globalização e era da informação tem proporcionado à contestação de como a ética esta inserida nesse cenário de transformação. E tratamos sobre a importância da disciplina Ética da Informação estar na grade curricular do aluno de

arquivologia, pois ela proporciona aos graduados a entenderem não apenas organizar documentos, mas também as razões pelas quais fazem esta tarefa.

No segundo capítulo abordamos os princípios da Arquivologia, e como a esta Ciência esta ligada interdisciplinarmente a Ciência da Informação. As transformações que surgiram na Arquivologia que foram frutos dos avanços tecnológicos, estas transformações foram essências para evidenciar o valor da informação.

O terceiro capítulo partilhamos através de uma análise o objetivo central da pesquisa que é a importância da disciplina Ética e Informação na graduação de arquivologia, partimos do pressuposto que a ética deve estar presente em todos os tipos de comunicação inclusive na do profissional da informação.

Este trabalho buscou mostrar como a questão da Ética Profissional é abordada no curso de Arquivologia, e como essa abordagem permite a construção de uma reflexão ética profissional, que auxiliam os arquivistas a lidar com o cotidiano profissional. Todavia ainda devemos ampliar nossa reflexão em estudos a posteriori, objetivando mapear o ensino da disciplina citada, nos cursos de Arquivologia, da região sudeste.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Dicionário brasileiro de terminologia Arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa.** São Paulo: CENADEM, 1990. 163p.

ÁVILA ARAÚJO, Carlos Alberto. **CIENCIA DA INFORMAÇÃO, BIBLIOTECONOMIA, ARQUIVOLOGIA E MUSEOLOGIA: RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E TEÓRICAS.** Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 110-130, 2011.

BELLOTTO, H. L. **Arquivística: objetos, princípios e rumos.** São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. (Scripta,1)

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental.** 3º ed. – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005.

CHAUI, Marilena. Convite à filosofia. 13 ed. São Paulo: Ática, 2008, p.3

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões.** São Paulo: Ed. Senac, 2003. 425p.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê? Textos escolhidos.** São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação.** Rio de Janeiro: ed: FGV, 2005

FREIRE, H. A. Gustavo. **Ética da informação: conceitos, abordagens, aplicações.** João Pessoa: Idea, 2010;

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 25ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001c.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Por uma ética da informação. In _____ PRIMEIRO SIMPOSIO BRASILEIRO DE ETICA DA INFORMAÇÃO. **Ética da Informação: conceitos, abordagens, aplicações.** FREIRE, Gustavo Henrique de Araujo (Org.), João Pessoa: Idea, 2010.

GARCIA, J.C.R.; TARGINO, M.G. Responsabilidade ética e social na produção de periódicos científicos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.13, n.1, p.33-54, abr. 2008.

GONÇALVES NETO, João da Cruz. **Aspectos políticos e éticos da profissão do arquivista**. [S/I]. p.1-11. Disponível em <http://www.aag.org.br/anaisxvcba/conteudo/resumos/semiario_arquivos_universitarios/joaoneto.pdf>

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; Molina, Juan Carlo Fernández (orgs.). **Aspectos jurídicos e éticos da informação digital**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008.

JARDIM, José Maria. **O conceito e a Prática de gestão de documentos**. Disponível em: <http://www.arquivar.com.br/espaco_profissional/sala_leitura/artigos/o_Conceito_e_a_Pratica_de_Gestao_de_Documentos.doc/view>. Acesso em 20 set. 2014.

JARDIM, JOSÉ MARIA. **A produção do conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro**. São Paulo: ed Loyola, 1998.

LE COADIC, Y-F. **A ciência da informação**. 2 ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de ética: de Platão a Foucault**. 4.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. **As concepções de memória na Ciência da Informação no Brasil: estudo preliminar sobre a ocorrência do tema na produção científica**. IX ENANCIB, São Paulo – USP, 2008.

PIZARRO, D.C. *Ética profissional do bibliotecário atuante no segmento empresarial de Santa Catarina*. 2010.217 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianop

RODRIGUES, Georgete Medleg (Org.). **Arquivologia configurações da pesquisa no Brasil: epistemologia, formação, preservação, uso e acesso**. Brasília: Unb, 2012. 272 p.

SARACEVIC, T. **Ciência da Informação: origem, evolução e relações. Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. Trad. Nilza Teixeira Soares. 6. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SOUZA, Francisco das Chagas de; SILVA, Ana Claudia Perpétuo de Oliveira da (Org.). **Práticas éticas em bibliotecas e serviços de informação: investigações brasileiras**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014. 161 p.

SOUZA, Kátia Isabelli Melo de. **Arquivística, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho**. [S/L]; [S/E], 2011. Cap.2, p.47-77

THOMASSEN, T. The development of archival science and its European dimension. In: **Seminar for Anna Christina Ulfsparre**. Stockholm, Swedish National Archives, Feb.1999.

VAZQUEZ, Manuel. Política de la Administración de Documentos y Archivos. Córdoba: Vía Gráfica, 2003.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez – Ética – Rio de Janeiro - Editora Civilização Brasileira, 2008;

ANEXO A

EMENTA DA DISCIPLINA
UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
IACS – INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
GCI – DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
DISCIPLINA: **ÉTICA E INFORMAÇÃO –**

PROGRAMA DE CURSO

EMENTA:

Ética e Informação. Ética profissional e seus fundamentos. O profissional da informação e a responsabilidade social. Código de ética. Ética e profissão. A formação profissional em Arquivologia e em Biblioteconomia e Documentação. Direitos e deveres do profissional. Associações, órgãos de representação de categorias profissionais e seus objetivos.

CARGA HORÁRIA :60 horas/aula

PÚBLICO ALVO:

Alunos do curso de Biblioteconomia e Documentação e Arquivologia

4. OBJETIVOS:

Ao final do curso o aluno deverá ser capaz de:

1. Possibilitar o entendimento sobre ética, moral e direito enquanto construções sociais; Analisar as diferentes concepções do conceito de informação;
2. Refletir sobre as consequências políticas e sociais, relacionadas às atividades técnicas da área do profissional da informação;
3. Entender as dificuldades e potencialidades inerentes às práticas do profissional da informação e sua visibilidade social;
4. Conhecer as leis de acesso à informação e seu contexto social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I – Conceitos gerais da Informação, Ética e Moral

-Discussão conceitual de informação versos conhecimento

-Discussão conceitual de ética versos moral

UNIDADE II – A Ética e a sociedade informacional. As áreas informacionais como prática social. A relevância social dos profissionais da informação

A Ética nas ações da sociedade contemporânea

A sociedade de informação

As práticas do profissional da informação e seus desdobramentos sociais

UNIDADE III – Ética do profissional da informação e suas articulações nas categorias de base

A importância dos movimentos sociais e as representações de categorias profissionais (representações sociais)

As semelhanças e diferenças entre sindicato, associação e conselho

As representações de categorias profissionais na Arquivologia

As representações de categorias profissionais na Biblioteconomia e Documentação

METODOLOGIA - Aulas expositivas com participação discente, exercícios individuais e rodas de diálogos e debates.

AVALIAÇÃO:- Resenha Crítica dos textos indicados; Seminário e Prova,

REFERÊNCIAS

Associação dos Arquivistas brasileiros. **Princípios éticos do arquivista.**

Disponível em: <<http://www.aab.org.br>>. Acesso em: 26 jun de 2013.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Diferentes, Desiguais e Desconectados: mapas da**

interculturalidade. Rio de Janeiro: UFRJ Editores, 2005.

CHAUI, Marilena. **Convite a Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Código de Ética de Biblioteconomia**. Disponível em

CUNHA, Miriam da. **O Profissional da Informação e o Mercado de Trabalho**. In: Associação Catarinense de Bibliotecários. 2000. Disponível em:< www.ies.ufpb.br.> Acesso em 15 de junho de 2013.

FREIRE, Gustavo (org.). **Ética da Informação: conceitos, abordagens, aplicações**. Simpósio Brasileiro de Ética da Informação. João Pessoa, 2010. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/26301/2/armandomalheiropesquisa000107223.pdf>>. Acesso em 10 de jan. de 2013.

GARCIA, J. C. R. **Por uma ética da informação**. In: Gustavo Freire. (Org.). Ética da informação: conceitos, abordagens, aplicações. João Pessoa: 2010, p. 126-146. Disponível em: < <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/26301/2/armandomalheiropesquisa000107223.pdf>>. Acesso em 10 de jan. de 2013.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Memória, História, Testemunho**. In: Lembrar escrever esquecer. São Paulo: Ed.34, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: histórias da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes. 1993. 10 ed.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, São Paulo: Unicamp, 1992. P.535-549.

MATTAR, Eliana (org.) **Acesso à informação e apolítica de arquivos**. Rio de

Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de Ética: de Platão a Foucault**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MOTTA, Nair de Souza. **Ética e vida profissional**. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 1984.

PINHEIRO, Lena Vania. **Ética e os dilemas e impasses da informação**. In: I Simpósio Brasileiro da Ética da Informação. João Pessoa, 2010. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/26301/2/armandomalheiropesquisa000107223.pdf>>. Acesso em 10 de jan. de 2013.

RODRIGUES, Georgete. **Legislação de Acesso aos Arquivos no Brasil**. In: Acervo. Rio de Janeiro, v.24, 257-286. 2011.

WASSERMAN, Julio Cesar. **Aspecto ético do texto científico**. In: Inter ciência. Rio de Janeiro, v.35 nº6, 2010. Disponível em: <http://www.interciencia.org/v35_06/466.pdf>. Acesso em 20 de jan. 2012.

SANCHEZ, Adolfo. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 20 ed. 2003.

STUMPF, Katiusa. **Abordagens recentes sobre ética no campo da Ciência da Informação no Brasil**. Revista de Ciência da Informação, v. 11, n. 6, dez. 2010. Disponível: <http://www.dgz.org.br/dez10/Art_02.htm>. Acesso em 13 de jan. de 2013.

VIEIRA, Anna S. da. **Repensando a Biblioteconomia**. Revista Ci. Inf., Brasília, 12 (2): 81-85, jul./dez., 1983. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/download/1500/1118>>. Acesso em: 07 de junho de 2013.

AVALIAÇÃO:

- Freqüência
- Participação nas aulas
- Pontualidade
- Provas discursivas.

Plano de Aula**1ª aula**

SANCHEZ VAZQUEZ, Adolfo. Ética. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira. 20 ed. 2003.

2ª aula

FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro :Ed. NAU, 1996. (79 – 127).

3ª aula

WEBER, Max. Burocracia. In: Ensaio Sociológicos. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1979. (229 – 282)

4ª aula**PRIMEIRA AFERIÇÃO****5ª aula**

ARAÚJO, Vânia Maria. Informação: instrumento de dominação e submissão. In.: Ci.Inf, 20 (1): 37 – 44, 1991.

MOREIRA, Regina da Luz. Brazilianistas, Historiografia e Centros de Documentação. (CPDOC – FGV)

6ª aula

LAFER, Celso. A Mentira: um capítulo das relações entre a ética e a política. In: Adauto Novaes (Org). Ética. São Paulo: Cia das Letras / SMC. 1992. 225- 237.

7ª aula

BACCEGA, Maria Aparecida. Construção da Informação: os fatos e a verdade. In: Márcia Kupstas (Org). SP: Moderna, 1997. Coleção Debate na Escola. P.38 – 51.

8ª aula

ABREU, Regina. A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Lapa:Rocco, 1996.

MONTIEL, Rosane. Arquivística: um olhar sobre a memória. Brasília : APDF, 1996

9ª aula**10ª aula****11ª aula****SEGUNDA AFERIÇÃO****12ª e 13ª aulas**

Exibição do filme “Os narradores de Javé” (Eliane Caffé, 2003)

SÃO PAULO (cidade) SMC.DPH. O direito a memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo:DPH, 1992. (SEMINÁRIO)

Obs.: serão selecionados textos específicos do seminário para serem discutidos em sala com vistas ao trabalho final da disciplina a ser entregue na 14ª aula.

14ª aula

Entrega do trabalho final

15ª aula

Entrega dos trabalhos corrigidos e médias finais.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Julio Cesar. O que é Justiça. Rio de Janeiro:Brasiliense, 1985.
- BOWMAN, Alan K. & WOOLF, Greg. Cultura escrita e poder no mundo antigo. São Paulo : Ática, 1998.
- BURKE, Peter. Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. Memória e reflexividade na cultura ocidental. In.: ABREU, Regina & CHAGAS, Mario (orgs). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro. DP&A, 2003.
- DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. In.: Arq & Adm, Rio de Janeiro, 1986. p. 14-33.
- FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do saber. RJ: Forense, 1987. 3 ed.
- FULLER, Lon L. O caso dos exploradores de caverna. Porto Alegre: Fabris, 1976.
- GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo:Cia. Letras, 2006. (PREFÁCIOS).
- HAYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre Arquivos Pessoais e o caso Filinto Muller. In.: FGV - Estudos Históricos, v 10 n 19, 1997. p.41-66.
- INSTITUTO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. Documentos privados de interesse público: o acesso em questão. Seminário. 2005.
- LARAIA, Roque de B. Cultura: um conceito Antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 8 ed, 1993.
- LE GOFF, Jacques. História e Memória. São Paulo:UNICAMP, 1994.
- LEBRUN, Gerard. O que é Poder. São Paulo : Brasiliense.1985.
- MEMÓRIA SOCIAL - Verbetes
- IETZSCHE, Friedrich. Genealogia da Moral. São Paulo : Brasiliense, 1988.
- NOGUEIRA JUNIOR, Alberto. Cidadania e direito de acesso aos documentos administrativos. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. (Introdução e Conclusão).
- NOGUEIRA JUNIOR, Alberto. O Decreto n 5.584/2005: mais um deserviço d'ôo governo ao direito à informação pública e a busca de nossa história. In.: Jus Navigandi, 2005.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In.: FGV Estudos Históricos v2 n3, 1999. p. 3-15.
- RIBEIRO, Carlos A. Costa. Cor e criminalidade: estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900 – 1930). Rio de Janeiro:UFRJ, 1995. (Introdução).
- ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. In.: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.9 n 17, 1996. p. 85 – 91.
- SAMARA, Eni de M. & TUPY, Ismênia S.S.T. História e Documento e metodologia de pesquisa. Belo Horizonte: Altentica, 2007.
- SANTOS, Roberto. Prova pericial através de laudo Antropológico. In.: SILVA, Orlando Santos et all (Orgs). A perícia Antropológica em processos judiciais. Santa Catarina/Florianópolis: UFSC, 1994. p. 19 – 30.
- SÃO PAULO (cidade) SMC.DPH. O direito a memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo:DPH, 1992. (SEMINÁRIO)
- VIANNA, Aurélio; LISSOVSKY, Mauricio e SA, Paulo S. M. de. A vontade de guardar: a lógica da acumulação em arquivos privados. In.: Arq & Adm, Rio de Janeiro, 1986. p. 62 - 76.
- WEHLING, A & WEHLING, M.J. et all. Memória Social e Documento: uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro:UNIRIO, 1997.

- ZARIAS, Alexandre. Os tempos da etnografia, da pesquisa em arquivos e os processos judiciais. In.: FGV : Quando o campo é o arquivo: etnografias, histórias e outras memórias guardadas, 2004.

Assinatura do Professor Ministrante: _____

ANEXO C

Código de Ética dos Arquivistas, elaborado pela Seção de Associações Profissionais do Conselho Internacional de Arquivos (CIA)

Texto

1. Os arquivistas mantêm a integridade dos arquivos, garantindo assim que possam se constituir em testemunho permanente e digno de fé do passado.

O primeiro dever dos arquivistas é o de manter a integridade dos documentos que são valorizados por seus cuidados e sua vigilância. No cumprimento desse dever, eles consideram os direitos, algumas vezes discordantes, e os interesses dos seus empregadores, dos proprietários, das pessoas citadas nos documentos e dos usuários, passados, presentes e futuros. A objetividade e a imparcialidade dos arquivistas permitem aquilatar o grau de seu profissionalismo. Os arquivistas resistem a toda pressão, venha ela de onde vier, visando manipular os testemunhos, assim como dissimular ou deformar os fatos.

2. Os arquivistas tratam, selecionam e mantêm os arquivos em seu contexto histórico, jurídico e administrativo, respeitando, portanto, sua proveniência, preservando e tornando assim manifestas suas interrelações originais.

Os arquivistas agem em conformidade com os princípios e as práticas geralmente reconhecidas. No cumprimento de sua missão e de suas funções, os arquivistas se pautam pelos princípios arquivísticos que regem a criação, a gestão e a escolha da destinação dos arquivos correntes e intermediários, a seleção e a aquisição de documentos com vistas ao seu arquivamento definitivo, a salvaguarda, a preservação e a conservação dos arquivos que estão sob sua guarda, e a classificação, a análise, a publicação e os meios de tornar os documentos acessíveis. Os arquivistas fazem a triagem dos documentos com imparcialidade, fundamentando seu julgamento em um profundo conhecimento das exigências administrativas e das políticas de aquisição de suas instituições. Eles classificam e analisam os documentos escolhidos para serem retidos, de acordo com os princípios arquivísticos (em particular o princípio de proveniência e o princípio de classificação original) e as normas reconhecidas universalmente, tudo isto tão rapidamente quanto possível. Os arquivistas tem uma política de aquisição de documentos conforme os objetivos e os recursos de suas instituições. Eles não buscam ou não aceitam aquisições, quando elas se constituem em perigo para a integridade ou a segurança dos documentos; eles se dispõem a cooperar para que os documentos sejam conservados nos serviços mais adequados. Os arquivos favorecem o retorno dos arquivos públicos a seus países de origem, quando eles tenham sido sequestrados em tempo de guerra ou de ocupação.

3. Os arquivistas preservam a autenticidade dos documentos nos trabalhos de tratamento, conservação e pesquisa.

Os arquivistas agem de modo que o valor arquivístico dos documentos, neles compreendidos os documentos eletrônicos ou informáticos, não seja diminuído pelos trabalhos arquivísticos de triagem, de classificação e de inventário, de conservação e de pesquisa. Se eles devem proceder a amostragens, eles fundamentam sua decisão sobre métodos e critérios seriamente estabelecidos. A substituição dos originais por outros suportes é decidida considerando-se seus valores legais, intrínsecos e de informação. Quando os documentos excluídos da consulta tenham sido retirados momentaneamente do dossiê, o usuário deve ser notificado.

4. Os arquivistas asseguram permanentemente a comunicabilidade e a compreensão dos documentos.

Os arquivistas dirigem sua reflexão sobre a triagem dos documentos a serem conservados ou eliminados, prioritariamente, em função da necessidade de salvaguardar a memória da atividade da pessoa ou da instituição que os produziu ou acumulou, mas igualmente em função dos interesses evolutivos da pesquisa histórica. Os arquivistas têm consciência de que a aquisição de documentos de origem duvidosa, mesmo de grande interesse, é de natureza a encorajar um comércio ilegal. Eles prestam a sua colaboração a seus colegas e aos serviços pertinentes para a identificação e a procura das pessoas suspeitas de roubos de documentos de arquivos.

5. Os arquivistas se responsabilizam pelo tratamento dos documentos e justificam a maneira como o fazem.

Os arquivistas se preocupam não somente com o recolhimento dos documentos existentes, mas também cooperam com os gestores de documentos de maneira que, nos sistemas de informação e arquivamento eletrônico, sejam levados em conta, desde a origem, os procedimentos destinados à proteção de documentos de valor permanente. Os arquivistas quando negociam com os serviços responsáveis pela guarda ou com os proprietários de documentos, fundamentam sua decisão, em tal circunstância, considerando os seguintes elementos: autorização de recolhimento, doação ou venda; negociações financeiras; planos de tratamento; direitos de reprodução e condições de acessibilidade. Eles aguardam um registro escrito de entrada de documentos, de sua conservação e de seu tratamento.

6. Os arquivistas facilitam o acesso aos arquivos ao maior número possível de usuários, oferecendo seus serviços a todos com imparcialidade.

Os arquivistas produzem instrumentos de pesquisa gerais e específicos adaptados às exigências, para a totalidade dos fundos que têm sob sua guarda. Em todas as circunstâncias, eles oferecem pareceres com imparcialidade e utilizam os recursos disponíveis para fornecer uma série de opiniões equilibradas. Os arquivistas respondem com cortesia, e com a preocupação de ajudar, a todas as pesquisas

razoáveis referentes aos documentos dos quais eles garantem a conservação e encorajam sua utilização em grande número, dentro dos limites impostos pela política das instituições das quais dependem a necessidade de preservar os documentos, o respeito à legislação e à regulamentação, aos direitos dos indivíduos e aos acordos com os doadores. Eles definem as restrições aos usuários eventuais e as aplicam com equidade. Os arquivistas desencorajam as limitações de acesso e de utilização dos documentos quando elas não são razoáveis, mas podem aceitar ou sugerir restrições claramente definidas e de uma duração limitada quando elas são a condição de uma aquisição. Eles observam fielmente e aplicam com imparcialidade todos os acordos firmados no momento de uma aquisição, mas, no interesse da liberação de acesso aos documentos, eles podem renegociar as cláusulas quando as circunstâncias mudam.

7. Os arquivistas visam encontrar o justo equilíbrio, no quadro da legislação em vigor, entre o direito ao conhecimento e o respeito à vida privada.

Os arquivistas se preocupam para que a vida das pessoas jurídicas e físicas, assim como a segurança nacional, seja protegida, sem que haja necessidade de se destruir as informações, sobretudo no caso dos arquivos informatizados, onde os dados podem ser deletados e novos dados inseridos, como é prática corrente. Os arquivistas defendem o respeito a vida privada das pessoas que estão ligadas à origem ou que são a própria matéria dos documentos, sobretudo daquelas que não foram consultadas quanto à utilização ou ao destino dos documentos.

8. Os arquivistas servem aos interesses de todos e evitam tirar de sua posição vantagens para eles mesmos ou para quem quer que seja.

Os arquivistas se abstêm de toda atividade prejudicial à sua integridade profissional, à sua objetividade e à sua imparcialidade. Os arquivistas não tiram de suas atividades nenhuma vantagem pessoal, financeira ou de qualquer outra ordem que possa resultar em detrimento das instituições, dos usuários e de seus colegas. Os arquivistas não colecionam pessoalmente documentos originais nem participam de um comércio de documentos em sua área de jurisdição. Eles evitam as atividades que possam criar no espírito do público a impressão de um conflito de interesses. Os arquivistas podem explorar os fundos arquivísticos de sua instituição para fins de pesquisa e de publicações pessoais, desde que tal trabalho seja conduzido de acordo com as mesmas regras impostas aos demais usuários. Eles não revelam nem utilizam, nos fundos arquivísticos, onde o acesso é limitado, as informações obtidas em seus trabalhos. Eles não permitem que suas pesquisas pessoais ou suas publicações interfiram com as tarefas profissionais ou administrativas para as quais foram contratados. No que concerne à exploração de seus fundos arquivísticos, os arquivistas não utilizam seu conhecimento das descobertas feitas por um pesquisador, ainda não publicadas por ele, sem advertí-lo de sua intenção de tirar partido delas. Os arquivistas podem criticar e comentar os trabalhos afins a suas

áreas de pesquisa, aí compreendidos os trabalhos baseados nos fundos que se acham sob sua guarda. Os arquivistas não permitem a pessoas estranhas à sua profissão interferirem em suas práticas e obrigações.

9. Os arquivistas procuram atingir o melhor nível profissional, renovando, sistemática e continuamente, seus conhecimentos arquivísticos e compartilhando os resultados de suas pesquisas e de sua experiência.

Os arquivistas se esforçam para desenvolver seu saber profissional e seus conhecimentos técnicos e contribuir para o progresso da Arquivologia, zelando para que as pessoas, cuja formação e orientação estejam sob sua responsabilidade, exerçam suas tarefas com competência.

10. Os arquivistas trabalham em colaboração com seus colegas e os membros das profissões afins, visando assegurar, universalmente, a conservação e a utilização do patrimônio documental.

Os arquivistas procuram estimular a colaboração e evitar conflitos com seus colegas, resolvendo suas dificuldades pelo encorajamento ao respeito às normas arquivísticas e à ética profissional. Os arquivistas cooperam com os representantes das profissões paralelas dentro de um espírito de respeito e compreensão mútua.